

## Referenciais teóricos sobre o uso de *e-book* em bibliotecas públicas brasileiras

Charles Rodrigues

**Resumo:** As discussões, as reflexões e o uso efetivo do *e-book* em bibliotecas públicas brasileiras necessitam de uma análise mais aprofundada e científica que possa contribuir para a construção de um arcabouço teórico sobre o tema, já que inúmeras questões se encontram suspensas. Neste estudo, objetiva-se discutir, portanto, a necessidade de construção de referenciais teóricos que possam apoiar políticas públicas sobre o uso de *e-book* em bibliotecas públicas brasileiras. Quanto à metodologia, a investigação foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica e documental, e a abordagem utilizada foi qualitativa, desenvolvida de forma descritiva. Na fundamentação conceitual, expõem-se os conceitos e as características de *e-book*; são discutidas as questões que envolvem o acesso e o uso de *e-book* divididos em eixos temáticos: modelos de negócio, política de aquisição de conteúdo, plataforma tecnológica, gestão dos direitos de propriedade intelectual e preservação digital; são apresentados os princípios da IFLA sobre o uso do *e-book* em bibliotecas e mostradas as experiências do uso de *e-book* em outros países. Nas considerações, apresenta-se o desafio mais importante no uso de *e-books*, os conteúdos eletrônicos, visto que é preciso mantê-los simples, promovê-los e servir ao não cliente.

**Palavras-chave:** Uso de *e-book*. *E-book* - referenciais teóricos. *E-book* - biblioteca pública.

## 1 INTRODUÇÃO

Recentemente, durante a 79ª Conferência e Assembleia Geral da *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA), realizada em Singapura, foi ratificada, mediante a publicação da *Declaração sobre Bibliotecas e Desenvolvimento*, a importância do papel social das bibliotecas. No documento é exposto que, além de o acesso à informação ser um direito humano básico que pode acabar com o ciclo de pobreza e apoiar o desenvolvimento sustentável, a biblioteca é o único lugar onde muitas comunidades e pessoas podem acessar a informação que lhes ajudará a melhorar sua formação, desenvolver novas habilidades, encontrar trabalhos, colocar em marcha empresas, tomar decisões informadas em matéria de agricultura e saúde e entender o que tem ocorrido em questões ambientais (IFLA, 2013).

Nesse mesmo evento, por meio também da revisão dos *Princípios da IFLA para empréstimo eletrônico em Bibliotecas*, demonstrou-se o crescimento e a importância desse suporte para a sociedade. Desde 2010, por exemplo, um crescente aumento na aquisição de *e-readers* por consumidores de alguns mercados, e o correspondente aumento na

disponibilidade comercial de *e-books*, levou ao aumento da demanda por *e-books* em bibliotecas públicas, visto que a chegada da era da Internet e a proliferação de conteúdo digital anunciaram uma nova e emocionante fase na democratização de informações, ideias e conhecimento – sem dúvida, pelo menos, tão potente e transformadora como qualquer outro evento na história registrada. No entanto, apesar da miríade de benefícios sociais e econômicos inovadores ligados à distribuição digital generalizada e ao acesso à informação e ao conteúdo, há sinais preocupantes na esfera do acesso público e, nesse aspecto, o relógio gira para trás em determinadas áreas (IFLA, 2013).

Hoje, não há dúvida de que o futuro será digital e o acesso ao conteúdo pela Internet substituirá muitos dos hábitos atuais de consulta à informação. Ademais, o futuro das políticas culturais passa também por digitalizar o acesso à cultura (BUSTAMANTE-GIRALT et al., 2010 apud DOMÍNGUEZ SÁNCHEZ et al., 2011), afirmação essa corroborada numa das conclusões do trabalho de González (2011), em que se expõe que o digital modifica as formas de ler. Isto traz implicações ao campo do profissional bibliotecário, porque a leitura digital reinventa o mapa de competências, que se entrelaçam, e combina novas realidades, novas emoções, novas ferramentas e novas habilidades (GONZÁLEZ, 2011). Concretizado eletronicamente, o livro pode influenciar a maneira pela qual os sujeitos fazem suas leituras, os profissionais de informação cumprem suas práticas e os editores realizam sua missão (BUFREM; SORRIBAS, 2009). Entretanto, é claro que, no complicado mundo digital, navegar na biblioteca tem que ser reaprendido (PLATT, 2011).

Desse modo, este estudo se reveste de relevância social, política e econômica, pois visa a contribuir para a discussão da necessidade da construção de referenciais teóricos que possam sustentar políticas públicas sobre o uso de *e-book* em bibliotecas públicas brasileiras. Permite identificar dimensões de intervenções distintas, revelando, como um instrumento social, político e econômico, os aspectos consolidados e aqueles que ainda precisam ser ajustados.

A literatura ilustra a natureza instável do mercado livreiro atual, o que se reflete tanto na ausência de padrões de *hardwares* e *softwares* claramente definidos, assim como nos numerosos e divergentes acordos de licenciamento para conteúdo de *e-book*. Este é o momento, por isso mesmo, para os bibliotecários garantirem que os modelos acomodem corretamente os valores, as exigências e as necessidades da biblioteca, determinarem as melhores estratégias nas negociações de *e-book* e, assim, garantirem condições de acesso favoráveis no futuro (OWEN et al., 2008).

Em alguns países essa temática tem ocupado espaços importantes, como destacam Silva e Silva (2011), pois, lentamente, os livros eletrônicos fazem parte da rotina de aquisição e empréstimo das bibliotecas públicas espanholas. É importante salientar que tal prática, segundo a *American Library Association* (ALA), também é comum nos Estados Unidos, onde as bibliotecas públicas que oferecem livros eletrônicos estão em torno de 66%. Em 2011, a biblioteca pública de Nova York, por exemplo, hospedava 38.000 títulos de *e-books* (PLATT, 2011).

Nos Estados Unidos, a *Amazon* afirma que as vendas de *e-books* para o *Kindle* ultrapassaram as de livro impresso. Nesse contexto, Buczyński, 2010 apud Foasberg (2011) expõe que as bibliotecas, neste momento crítico, precisam estar nesse jogo para não ficarem de fora ou à margem do emergente mercado de *e-book*. Na Biblioteca Pública de Nova York, dados de maio de 2011 demonstraram que houve um crescimento de 39% em relação ao ano anterior que ultrapassou em 400 mil o número de circulações de todos os conteúdos eletrônicos oferecidos por meio do *site*. Constatou-se que, enquanto o número de usuários na biblioteca cresce, a quantidade de uso dos conteúdos eletrônicos cresce ainda mais (PLATT, 2011).

Na Espanha, dados do Ministério da Cultura (dados globais 2011) indicaram que a edição eletrônica aumentou, em 2010, em 64,7% em relação a 2009 e, além disso, seria 15,4% do total da produção editorial. De acordo com o relatório da *Deloitte*, foram vendidos, em 2010, cinco milhões de aparelhos eletrônicos de leitura ao redor do mundo (*e-readers*) e até 100 milhões de cópias de *e-books* em nível mundial (DOMÍNGUEZ SÁNCHEZ et al., 2011).

A contribuição desse tipo de pesquisa para a Ciência da Informação está relacionada às reflexões e às análises no tocante à necessidade de construir referenciais teóricos que possam sustentar as políticas públicas sobre o uso de *e-book* em bibliotecas públicas. Também pode fornecer aplicações práticas na área em estudo e/ou referenciais para outras pesquisas, pois foi identificada uma carência bibliográfica específica na área que envolve, de forma integrada, os eixos temáticos de estudo desta proposta. Nos Estados Unidos, a *Amazon* patrocinou investigação do uso acadêmico de leitores de *e-books* em universidades, como Princeton, Case Western Reserve e Virginia. Outras universidades, como a Northwest Missouri State, realizaram seu próprio projeto (FOASBERG, 2011).

As discussões, as reflexões e o uso efetivo do *e-book* em bibliotecas públicas brasileiras necessitam de uma análise mais aprofundada e científica que possa contribuir para

a construção de um arcabouço teórico sobre o tema, já que inúmeras questões se encontram suspensas, dentre as quais são enumeradas:

- Os temas que envolvem o *Digital Rights Management* (DRM), Gerenciamento de Direitos Digitais, tais como: a obsolescência dos formatos de *e-book*, a migração do *e-book* para um novo formato e as disposições sobre a preservação das cópias (OWEN et al., 2008);
- A problemática do acesso em longo prazo aos documentos desenvolvidos em meio digital, o que envolve a confiabilidade, a durabilidade e a integridade desses documentos digitais (DZIEKANIAK, 2010);
- As pesquisas sobre o interesse de uso, compra, adequação à necessidade e empréstimo dos *e-readers* aos usuários (FOASBERG, 2011);
- A necessidade de as instâncias governamentais (federal, estadual e municipal) serem convencidas de fomentar políticas públicas sobre os dispositivos eletrônicos de leitura. Tal possibilidade de implantação desencadeia questionamentos sobre a seleção dos livros eletrônicos, a organização e o tratamento técnico do livro, a política de empréstimo, o treinamento dos profissionais e dos usuários, a evolução da tecnologia, o depósito legal, a distribuição do livro eletrônico e direito autoral e a exclusão digital (SILVA; SILVA, 2011);
- O problema dos contratos estabelecidos entre as editoras/fornecedores e as bibliotecas, uma vez que estas necessitam negociar as questões sobre a portabilidade, a transmissibilidade, a privacidade, a acessibilidade e a interoperabilidade (BARROS, 2013);
- O fato de que, na fase atual da evolução da disseminação de conteúdo digital baseado em texto, as bibliotecas e seus usuários desejam, no mínimo, serem capazes de obter e usar um *e-book* da mesma forma que obtêm e utilizam um livro impresso. No entanto, as bibliotecas, que enfrentam uma nova realidade, são impedidas, muitas vezes, de adquirir *e-books* para suas coleções em termos e em condições aceitáveis. Por exemplo, algumas editoras comerciais e autores retêm as vendas quando acreditam que o acesso aos *e-books* pelas bibliotecas pode prejudicar as vendas no varejo e, assim, reduzir os *royalties* (IFLA, 2013).

No cenário descrito, as bibliotecas públicas brasileiras passam por um momento de transformação e de profundos questionamentos sobre o seu papel na sociedade, até porque o modelo atual ainda é inadequado diante das mudanças ocorridas no contexto socioeconômico e tecnológico em que estão envolvidas. As respostas para essas questões envolvem reflexões de diferentes naturezas: filosóficas, históricas, conjunturais, econômicas, culturais, dentre outras. No entanto, este estudo se concentra em abrir a discussão sobre a necessidade de

construção de referenciais teóricos que possam apoiar políticas públicas sobre o uso de *e-book* em bibliotecas públicas.

Quanto à metodologia, a investigação foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica e documental e, nela, lançou-se mão de uma abordagem qualitativa devido à natureza do problema e aos objetivos a que se visava alcançar. Vale acrescentar que uma das características da pesquisa qualitativa é ser descritiva, pois compreende: descrição, registro, análise e interpretação da natureza atual ou processo dos fenômenos (GIL, 2009; MARCONI; LAKATOS, 2010; MINAYO, 1998; SALOMON, 2004).

Para a fundamentação conceitual, foi realizado um levantamento bibliográfico no portal de periódicos da CAPES, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) do Grupo de pesquisa Educação, Pesquisa e Perfil Profissional em Informação (E3PI), no qual se observou, em nível nacional, a incipiência de estudos que abordam referenciais teóricos sobre o uso de *e-books* em bibliotecas públicas brasileiras.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO CONCEITUAL**

Neste tópico, visa-se expor os conceitos e as características do *e-book*, discutir as questões que envolvem o acesso e o uso, apresentar os princípios da IFLA sobre o uso do *e-book* em bibliotecas e dissertar a respeito das experiências do uso de *e-book* em outros países.

### **2.1 *E-book*: conceitos e características**

*E-book* (*electronic book*) é uma fonte de conhecimento constituída de conteúdos digitais, tais como textos em formato eletrônico, imagens, vídeos e áudios, que podem ser acessados *online* ou carregados em um suporte eletrônico físico (*desktop*, *notebook*, *tablet*, *e-readers*, *personal digital assistant (PDA)*, *smartphone*, *digital audio player*, MP4, dentre outros) (ANURADHA; USHA, 2006; BOLICK, 2003; COYLE, 2001; RAO, 2003 apud OWEN et al., 2008; BUFREM; SORRIBAS, 2009; DZIEKANIAK, 2010).

O *e-book* se caracteriza pela possibilidade de disseminação rápida de conteúdo, pela facilidade de atualização e correção do texto e pelo potencial colaborativo e interativo e proporciona ao leitor a interação com o escritor e a ausência de intermediários na produção e na comercialização. Ademais, permite maior interação da editora com o consumidor final, amplia o alcance por meio da Internet e proporciona maior mobilidade e independência (BUFREM; SORRIBAS, 2009). O caráter multimídia do livro digital também permite o uso de imagens em movimento e som, viabilizando a inclusão de entrevistas, vídeos e animações, bem como a apresentação de modelos tridimensionais interativos que podem ser visualizados em posições definidas pelo leitor. Outra possibilidade única do livro digital é a dos efeitos de *zoom*, que permitem alternar entre a visualização das imagens completas e o exame de detalhes. E, entre as outras configurações permitidas pelo suporte digital, destaca-se, a título de exemplo, a criação de hiperlinks que vinculam as obras dos artistas a indicações em mapas interativos da localização de uma intervenção urbana, integrados com sistemas GPS (UNGARETTI; FRAGOSO, 2012).

As desvantagens do *e-book* estão relacionadas à tecnologia a ser dominada, tanto por parte de produtores quanto de consumidores, além do fato de que o *e-book* consome mais energia que um livro convencional, pois precisa de eletricidade, de uma rede de computadores e de bateria para o caso de utilizar os leitores portáteis (BUFREM; SORRIBAS, 2009; DZIEKANIAK, 2010).

Sob o aspecto dos preços, o desenvolvimento tecnológico melhorará a funcionalidade, a interação e a diminuição dos custos financeiros. Além disso, o aumento de escala na produção e nas vendas de dispositivos eletrônicos e sistemas digitais podem tornar os preços menores e os *e-books* mais acessíveis. No entanto, em alguns casos, as limitações impostas pelo DRM podem tornar maior o custo de aquisição, adicionando-se os elevados custos de implantação, manutenção e desenvolvimentos de grandes *datas centers* para hospedar e operacionalizar o acesso aos *e-books*.

## **2.2 Questões de acesso e uso do *e-book* em bibliotecas públicas**

Com base nas ponderações e nos argumentos encontrados na revisão bibliográfica, decidiu-se estruturar as questões que envolvem o acesso e o uso do *e-book* em bibliotecas públicas em cinco principais eixos temáticos, a saber: modelos de negócio, política de

aquisição de conteúdo, plataforma tecnológica, gestão dos direitos de propriedade intelectual e preservação digital.

O eixo temático *modelos de negócio* de publicações em *e-book* apresenta diferentes desafios técnicos, jurídicos e estratégicos que levam a, em alguns casos, confusão e frustração para as bibliotecas e seus usuários, bem como a editores e autores (IFLA, 2013). Nesta pesquisa, destacaram-se os modelos de negócios em *consórcio* e o *licenciamento*.

O modelo em *consórcio* visa maximizar o investimento financeiro, conseguindo descontos e economia de tempo dos funcionários no processo de negociação com os fornecedores. Um exemplo é um consórcio de bibliotecas de universidades e faculdades que objetiva melhorar a prestação de serviços aos usuários, incluindo a concepção e a execução de cursos de treinamento de pessoal, e desenvolver a política de empréstimos e a aquisição de materiais para a biblioteca (WYNNE; COASTES, 2007).

O modelo de negócio em *licenciamento* pode contribuir para a normalização da administração de conteúdo eletrônico, o que é desejável no atual ambiente ambíguo de direitos autorais (BRENNAN CROFT, 2001 apud OWEN et al., 2008). Esse modelo pode ser agrupado em várias categorias, incluindo o *impresso*, o *banco de dados* e o de *acesso aberto*. No modelo *impresso*, os fornecedores tendem a empregar tecnologia de gestão de direitos digitais restritivos, o que pode limitar a capacidade de imprimir, copiar, colar e salvar o conteúdo do *e-book*. No modelo *banco de dados*, o conteúdo é licenciado pelo fornecedor, mas é necessária uma assinatura para acessar o material. No mais, muitos fornecedores permitem acessos simultâneos ao conteúdo do *e-book*. No modelo de *acesso aberto* é permitido que o conteúdo do *e-book* seja acessado livremente, embora possa haver algumas restrições ao uso. Muitos fornecedores não criptografam seus *e-books* com a tecnologia DRM, possibilitando, assim, seu uso (COYLE, 2001 apud OWEN et al., 2008).

O eixo temático *política de aquisição de conteúdo* influencia o aspecto operacional do processo de uso do *e-book*, pois, nela, é definida a forma de aquisição, o mecanismo de seleção e a circulação de conteúdo. Por conseguinte, é necessário decidir pela forma de aquisição, ou seja, pela compra ou pelo licenciamento do conteúdo. Domínguez Sánchez et al. (2011) afirmam ser totalmente insustentável para as bibliotecas o pagamento, a cada ano, do acesso a uma parte dos livros e, no ano seguinte, a manutenção desse acesso, além da soma do custo do acesso a novos títulos. O que se vislumbra, nesse caso, é a compra da propriedade para obter o acesso e poder conservar os conteúdos dos anos que já foram pagos.

No mecanismo de seleção de conteúdo, as ferramentas disponíveis para facilitar a seleção de *e-book* é um aspecto pontual necessário a ser resolvido. É muito difícil satisfazer todas as partes interessadas, quando milhares de títulos têm de ser escolhidos em uma lista de milhares de pessoas e quando o tempo é muito limitado. Atualmente, fornecedores de *e-book* oferecem acesso *online* às plataformas para a seleção e a ordenação individual de *e-books*. Também é necessário decidir se a aquisição será por pacote ou *à la carte* (por títulos individualmente), decisão essa que depende tanto dos recursos disponíveis como do número potencial de usuários (OWEN et al., 2008; DOMÍNGUEZ SÁNCHEZ et al., 2011; BARROS, 2013).

Na circulação de conteúdo é necessário discutir a questão do acesso ilimitado ou das restrições às cópias disponíveis, e isso depende das negociações comerciais e do número de usuários potenciais. Todavia, esse tema não está encerrado entre os autores e os editores, uma vez que acordos em longo prazo são difíceis em virtude de o modelo geral não estar definido. Por essa razão, há acordos que limitam o acesso ao conteúdo por, no máximo, dois anos. Recentemente, nas bibliotecas anglo-saxônicas, a editora *Harper Collins* limitou os empréstimos de seus *e-books* a, no máximo, 26 usuários por licença, extrapolando ao mundo digital o que, em sua opinião, seria o máximo de uso possível de um livro em papel antes de se deteriorar fisicamente (DOMÍNGUEZ SÁNCHEZ et al., 2011; BARROS, 2013). Outros pontos importantes envolvem o empréstimo entre bibliotecas, a reserva, a possibilidade de múltiplas cópias, o acesso permanente aos URLs desses conteúdos e os serviços de fotocópias, permitidas por lei, que as bibliotecas oferecem tradicionalmente para materiais com direitos autorais.

O eixo temático *plataforma tecnológica* visa hospedar e gerenciar os *e-books*. Nela, os usuários podem descarregar em seus próprios dispositivos o *e-book* que desejam e, assim, podem utilizá-lo fora da plataforma (*offline*) ou fora do espaço físico da biblioteca. Esse *e-book* possui um DRM que controla o tempo máximo de empréstimo; uma vez expirado o prazo, o DRM bloqueia o acesso, que deverá ser renovado na plataforma de empréstimo da biblioteca, e, ainda, impede a realização de cópias. Num projeto de políticas públicas para uso de *e-books* é recomendável separar a plataforma tecnológica e os conteúdos (*e-books*). A plataforma, nesse sentido, deve oferecer uma série de funcionalidades simples e intuitivas para facilitar a rápida navegação, simplificar a busca, a seleção e a realização de empréstimo e, também, permitir a interação do usuário. O catálogo da plataforma deve permitir buscar todos os tipos de recursos eletrônicos (livros, audiolivros, videolivros e áudio). Ademais, para

poder efetuar um empréstimo, é necessário estar autenticado na plataforma (DOMÍNGUEZ SÁNCHEZ et al., 2011; PLATT, 2011).

O eixo temático *gestão dos direitos de propriedade intelectual* envolve os aspectos: *direitos autorais*, *Gestão dos Direitos Digitais (DRM)* e o *copyleft*. Mesmo com todas as transformações tecnológicas recentes, os distribuidores de *e-books* trabalham sob uma lógica de transposição idêntica do controle de acervos e usuários do mundo físico para o mundo digital, não transferidas para os usuários finais (a biblioteca e o leitor) as vantagens financeiras conquistadas por esse novo formato (BARROS, 2013). No momento em que as redes e os satélites transformaram as fronteiras físicas em meras referências geográficas, há a necessidade de uma legislação supranacional (GANDELMAN, 1996 apud DZIEKANIAK, 2010).

Os *direitos autorais* visam garantir e reconhecer a propriedade intelectual do autor criador da obra. Neles, os direitos de exploração básicos são reprodução, distribuição (compra, empréstimo ou locação), transformação e comunicação pública. Vale ressaltar que cada um dos direitos goza de um tratamento jurídico diferenciado (DZIEKANIAK, 2010; DOMÍNGUEZ SÁNCHEZ et al., 2011).

O *Gerenciamento de Direitos Digitais (DRM)* é um método avançado para proteção de direitos autorais de arquivos que utilizam tecnologias de criptografia e impedem o usuário de fazer operações pelas quais não pagou. As tecnologias envolvidas nesses *softwares* DRMs visam diminuir a pirataria, guardar todos os direitos sobre um documento eletrônico e fazer a contagem do número de cópias da obra e a correta distribuição dos valores financeiros aos seus detentores. Essas tecnologias têm sido alvo de diversas críticas: existe a dificuldade do acesso legal à obra; os *e-books* adquiridos pelas bibliotecas não podem ser emprestados indiscriminadamente; as pessoas não conseguem doar seus *e-books* para as bibliotecas; editores e plataformas podem limitar (e o fazem) os arquivos para um usuário por vez; os *e-books* só podem ser acessíveis apenas por meio de dispositivos específicos (por exemplo, *kindle*, *Ipad* e *Android*) que impedem a cópia e o compartilhamento dos arquivos (DZIEKANIAK, 2010; BARROS, 2013).

O *copyleft* garante o reconhecimento do criador sobre a obra, mas permite alteração, atualização e reprodução, desde que a esse produto alterado também seja dada permissão para alteração e seja feita referência ao que foi baseado. A base primitiva também deve ser mantida livre, pois, com isso, dá-se o direito a outras pessoas a fazerem diferentes observações. O

produto nasce livre e é mantido livre e, desse modo, são facilitados seu acesso e sua disseminação para o bem da humanidade (DZIEKANIAK, 2010).

Outro eixo temático importante no processo de desenvolvimento de uso de *e-book* é a *preservação digital*. No ambiente digital devem ser considerados alguns fatores, como a rápida obsolescência tecnológica e a degradação física de disquetes, CD-ROMs e HDs, que são vulneráveis a campos magnéticos, à oxidação e à umidade. A simples deterioração temporal é um obstáculo a ser superado para que o conhecimento produzido em ambiente digital possa ser levado às futuras gerações. Nesse sentido, os procedimentos para a preservação digital consistem de mecanismos que buscam combinar a estrutura lógica do registro a um suporte físico. Esforços implantados têm sido relacionados principalmente a alguns tipos de soluções como: a preservação tecnológica, a migração, a emulação e o encapsulamento. Além das técnicas citadas, padrões de metadados são requisitos básicos para definir o contexto de caracterização do documento, atributo essencial para garantir acesso em longo prazo (BORGHOFF et al., 2003; IKEMATU, 2001 apud ALMEIDA, CENDÓN; SOUZA, 2012; DZIEKANIAK, 2010).

### **2.3 Princípios da ifla sobre *e-book* em bibliotecas**

Os princípios da IFLA se baseiam no pressuposto de que é necessário para as bibliotecas que as editoras e os autores concordem com os termos e as condições razoáveis para essas instituições adquirirem *e-books*, permitindo, assim, que elas cumpram sua missão de garantir o acesso ao conhecimento e à informação para as suas comunidades.

Resumidamente, apresentam-se os princípios da IFLA (2013): a) biblioteca deve ter o direito a licenciar e/ou comprar qualquer *e-book* disponível comercialmente, sem embargo; b) a biblioteca deve ter acesso a *e-books* em termos e condições razoáveis e com um preço justo; c) as opções de licenciamento/compra de *e-book* devem respeitar as limitações e as exceções de direitos autorais disponíveis para bibliotecas e seus usuários na legislação nacional, tais como o direito a copiar uma parcela do trabalho, a reformatar o trabalho para fins de preservação (se for licenciado e/ou comprado para acesso permanente), a fornecer uma cópia temporária do trabalho para outra biblioteca em resposta a um pedido do usuário, a reformatar um trabalho para permitir o acesso às pessoas com deficiência e a ignorar uma medida de proteção tecnológica com a finalidade de exercer qualquer propósito sem infringir a legislação

vigente; d) os *e-books* devem ser disponibilizados em bibliotecas em plataforma neutra e desenvolvida com os padrões de acessibilidade; e) as estratégias devem ser locais para garantir a preservação a longo prazo de títulos nas bibliotecas. Nesse item, acrescenta-se que a disponibilidade de longo prazo de títulos de *e-books* não deve ser comprometida pelo fato de uma determinada editora deixar de operar. Isso pode ser resolvido por meio de medidas que incluam o desenvolvimento colaborativo de arquivamento de bancos de dados por editoras e bibliotecas e de soluções legislativas que exijam o depósito legal de conteúdos digitais com agências especificadas; f) os serviços de *e-book* devem proteger a privacidade dos usuários da biblioteca. Esses princípios foram aprovados pelo Conselho de Administração da IFLA em fevereiro de 2013 e revisados em 16 de agosto de 2013.

#### **2.4 Experiências do uso de *e-book* em alguns países**

Em um trabalho que visa auxiliar nas políticas públicas de uso de *e-book* no contexto brasileiro é importante realizar estudos das experiências realizadas em outros países, identificando os aspectos consolidados e os pontos de conflitos para, assim, poder “reduzir” as etapas de um futuro processo de execução dessas políticas públicas.

No Reino Unido, em 2004, foi criado o consórcio *North West Academic Libraries* (NoWal), o primeiro consórcio de biblioteca de ensino superior do Reino Unido, que ofereceu aos usuários acesso a 15 mil *e-books*. O contrato de NoWal para disponibilizar *e-books* foi com a *NetLibrary*, uma subsidiária do conglomerado de serviços de bibliotecas dos Estados Unidos, a *Online Computer Library Center* (OCLC). Em uma pesquisa realizada com os consorciados da NoWal, a maioria relatou que o projeto foi bem sucedido e que a utilização tem aumentado (WYNNE; COASTES, 2007).

No Canadá, o Grupo de Trabalho sobre *e-books* da Associação Canadense de Bibliotecas de Pesquisas (CARL) recomendou que o Comitê de Direitos Autorais do CARL criasse ou endossasse uma declaração de princípios para o licenciamento de *e-books* e os usasse para informar a criação de uma licença modelo a ser utilizada pelos associados (OWEN et al., 2008).

A experiência nos Estados Unidos, a Biblioteca Pública de Nova York, tem oferecido, desde 2004, *download* de *e-books*, *e-audiobooks*, *e-música* e *e-vídeo*. Desde então, as coleções têm crescido em tamanho e escopo, tornando-se a biblioteca pública mais utilizada

nos Estados Unidos. Para acessar os conteúdos eletrônicos, a biblioteca oferece um *site* organizado pela *Overdrive*, a maior *e*-atacadista dos Estados Unidos. Ainda, possui 63 mil itens hospedados e, assim, representa mais de 38 mil títulos, disponíveis em 90 bibliotecas físicas. A coleção é bastante diversificada, com uma gama de materiais novos, adulto, infantil e jovem adulto, com mais de 7.000 títulos com *DRM-free* a partir do Projeto Gutenberg (PLATT, 2011).

Christopher Platt (2011) destaca que o desafio mais importante no uso de *e-books* em bibliotecas públicas é o conteúdo eletrônico. O conteúdo impulsiona o uso do *e-book*, pois, quando são colocados à disposição na coleção, os novos títulos são imediatamente usados. Além disso, sabe-se que os títulos atuais mais populares são a principal razão de a circulação ser elevada. Quando se trata de conteúdos eletrônicos populares em bibliotecas, três pontos são importantes: *mantê-los simples* e reduzir o atrito em torno de encontrar e verificar um *e-book*; estimular padrões de formato e tornar a plataforma tecnológica mais instintiva; *servir o não cliente*, pois pessoas que querem um *e-book* têm maior expectativa do que quem quer um livro impresso; e *promover o material* junto ao cliente, envolvê-los, e apoiar suas necessidades, que requerem muito mais *marketing*, alcance e engajamento *online*. Platt ainda ressalta a necessidade de perseguir implacavelmente conteúdo excelente, criar programas para adolescentes que resultem em vídeos produzidos pela biblioteca, disponibilizados no *YouTube*, utilizar *blogs* que promovam o conteúdo em uma variedade de formas, hospedar grupos de discussão *online* e se expandir em mídias sociais. E, com conteúdo que respeite as necessidades do autor, da editora e da biblioteca, preparar, assim, um futuro sólido para as coleções de *e-books* em bibliotecas públicas.

Na Espanha, em 2010, introduziram-se os primeiros *e-books* em 20 bibliotecas públicas da Cataluña. Foram distribuídos 28 leitores de *e-books* com 249 títulos diferentes, em catalão, espanhol e inglês. O êxito da introdução dos *e-books* foi indiscutível. Na maioria das bibliotecas, tanto de Madri como da Cataluña, formou-se longa lista de espera para realizar empréstimo de um leitor de *e-book* e o impacto mediático foi muito superior ao esperado, em comparação a outros projetos de maior orçamento (DOMÍNGUEZ SÁNCHEZ et al., 2011).

Na Holanda, o *Overdrive* oferece coleções de títulos, no entanto, as bibliotecas têm encontrado dificuldade para disponibilizar obras no idioma local e têm investido em desenvolver uma plataforma própria (DELAURE, 2010 apud DOMÍNGUEZ SÁNCHEZ et al., 2011). Já na Finlândia, há a necessidade de desenvolver uma estratégia própria para *e-*

*books*, já que o país reconhece que tem problemas para poder disponibilizar aos seus usuários obras em língua local (WIGELL-RYYNÄNEN, 2010 apud DOMÍNGUEZ SÁNCHEZ et al., 2011).

Desde 2007, a Alemanha dispõe de um serviço específico de empréstimo digital para as bibliotecas chamado DiViBib, da empresa EKZ. Atualmente há mais de 200 bibliotecas públicas dispostas de acesso a mais de 40.000 *e-books* e, também, a documentos de domínio público. Nesse projeto, um aspecto a se destacar é que a EKZ, empresa provedora, tem 35% de participação pública (DOMÍNGUEZ SÁNCHEZ et al., 2011).

No Brasil, as experiências com o uso de *e-books* em bibliotecas se concentram nas universitárias ou nas especializadas, com formação de consórcios ou parcerias pontuais. As de maior destaque são os *e-books* disponíveis no portal de periódicos da Capes, com foco na produção científica. Outro exemplo de uso de *e-books* é o portal Domínio Público, cujo acervo é constituído, em sua maioria, por obras que se encontram em domínio público ou cujas licenças foram devidamente concedidas por parte dos titulares dos direitos autorais. Também são utilizados, como alternativa, os repositórios educacionais, como o Portal do Professor e o Banco Internacional de Objetos Educacionais do Ministério da Educação (MEC). Recentemente, o Ministério da Educação, por meio de um edital de convocação (BRASIL, 2012), estabeleceu uma parceria com a *Amazon*, empresa multinacional de comércio eletrônico, visando constituir acordos de cooperação entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e instituições interessadas em participar, com a finalidade de disponibilizar obras digitais e outros conteúdos educacionais digitais para professores, estudantes e outros usuários da rede pública de ensino brasileira, com ênfase nos títulos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) e de outras ações governamentais na área de material escolar.

### 3 CONSIDERAÇÕES

Neste artigo, ao dissertar sobre as principais questões que envolvem o uso de *e-book* em bibliotecas públicas, perceberam-se diversas lacunas epistemológicas e procedimentais que mostram a necessidade de ampliação das reflexões sobre esse fenômeno. Porém, como este estudo visava apenas provocar a discussão sobre a necessidade de construir referenciais

teóricos que possam apoiar políticas públicas sobre o uso de *e-book* em bibliotecas públicas, alguns pontos dos eixos temáticos ainda requerem mais pesquisas e análises.

No eixo temático *modelos de negócio baseado em consórcio*, as vantagens mencionadas estão relacionadas com a diminuição do custo financeiro que envolve a operação de aquisição de conteúdo. No entanto, esse formato traz algumas dificuldades em sua operacionalização, tais como: conseguir conjugar características institucionais diferentes e complexas das bibliotecas cooperantes e listar conteúdos de materiais para aquisição que seja consensual. No *modelo de negócio em licenciamento* está clara a ausência de um padrão, sobretudo, pela incipiência tecnológica dos formatos e das plataformas, visto que esse processo está em seus estágios iniciais de formação. Porém, para seu desenvolvimento, alguns princípios precisam ser respeitados: a garantia dos direitos dos usuários, conforme a lei de seus respectivos países, não os obrigando a obedecer às leis do país que hospeda o provedor; a ausência ou o limite ao gerenciamento de direitos digitais, com a permissão da evasão para exercer a não infração aos direitos dos usuários nos termos da lei; a capacidade de auditar para realizar comparação de preços (confidencialidade limitada / cláusula de não divulgação); as informações de usuário e a análise detalhada para avaliar o impacto do *e-book* no estado da arte; a remoção de cláusula de conteúdo; e, por fim, a disposições de cópia permanente.

No eixo temático *política de aquisição de conteúdo*, a primeira questão a se considerar é a inexistência de um modelo de aquisição de conteúdo para as bibliotecas, uma vez que o setor biblioteca não é considerado prioritário pelos fornecedores de conteúdos digitais, vide sua representação no mercado editorial. Outra questão importante, conforme aponta Barros (2013), é que as plataformas de fornecedores proporcionam o acesso a uma grande quantidade de conteúdo; no entanto, a hospedagem nas nuvens, as condições restritivas e a incerteza sobre a posse do conteúdo minam a capacidade de as bibliotecas gerenciarem as coleções digitais à sua maneira. Atualmente, não existe um único modelo de contrato de compra e assinatura, em virtude de as editoras trabalharem um modelo adaptado a cada situação. De acordo com Domínguez Sánchez et al. (2011), existem, por parte dos bibliotecários, pontos de partida básicos que necessitam ser respeitados: deve-se poder fazer *download* do *e-book*, descartando-se a mera consulta *online* e dentro da plataforma do provedor; deve-se garantir algum tipo de acesso permanente à biblioteca; e deve se descartar, em princípio, a licença de acesso baseada em pagamento anual ou por pacote. Outros temas necessitam ser mais discutidos no processo de seleção de conteúdo, tais como: o oferecimento de maior quantidade de títulos, autores e gêneros de diferentes áreas do conhecimento; a transposição

dos obstáculos da língua; e o refinamento do método de seleção da plataforma tecnológica. Além disso, aspectos como a compra ou o licenciamento, a compra por pacote ou *à la carte*, o acesso ilimitado ou as restrições de cópias disponíveis, o tempo de empréstimo e a renovação da obra, o empréstimo interbibliotecas e, por fim, o preço a ser pago pelos serviços precisam de amadurecimento e de sustentação teórica e filosófica. Contudo, o modelo que se solidifica é similar ao utilizado pelas bibliotecas na aquisição de periódicos eletrônicos, com características positivas e alguns pontos questionáveis. Para algumas bibliotecas, isso pode ser favorável, mediante experiência de anos com essa forma de negociar a aquisição de conteúdo.

No eixo temático *plataforma tecnológica*, uma das questões discutidas é a necessidade de as instituições bibliotecárias desenvolverem ou serem proprietárias das plataformas tecnológicas, uma vez que, ao utilizarem plataformas de grandes agregadores de conteúdos digitais privados, pode-se provocar a criação de monopólio privado na prestação dos serviços. Entretanto, alguns aspectos operacionais e de gestão precisam de maiores reflexões, pois interferem no comportamento de uso dos *e-books* pelos usuários. Nesse sentido, como destaca Platt (2011), as coleções e o uso de *e-book* cresceram e, com isso, o impacto também cresceu. O uso do *e-book* geralmente acontece em variados locais e horários, em casa, no trabalho, na escola, e, ainda, pode ocorrer aos sábados, domingos, feriados, à noite e de madrugada, situações em que a biblioteca está fechada ou os usuários estão distantes dela. Dessa forma, a necessidade dos suportes (a ajuda) ocorrerá por meio remoto, via telefone, e-mail ou redes sociais. Nesses casos, como afirma Platt (2011), as experiências com a *Overdrive* na Biblioteca de Nova York estão sendo bem sucedidas, pois se trata de uma empresa especialista em oferecer conteúdos digitais: são serviços 24 horas por dia e sete dias por semana, de referência *online*, pois os usuários podem usar a hora que precisarem, para tirar dúvidas ou receber alguma assistência, desde fazer o *download* do arquivo até a própria utilização do *e-book*. Dessa forma, destaca-se a importância de estudos tanto sobre o papel, as competências e as habilidades necessárias do profissional bibliotecário na utilização dos recursos disponíveis dos *e-books*, das plataformas tecnológicas e de novas demandas pelos usuários desses serviços, quanto sobre a necessidade de desenvolvimento de novas metodologias de práticas bibliotecárias.

No eixo temático *gestão dos direitos de propriedade intelectual* percebeu-se que os acordos de licenciamento de conteúdos digitais são uma importante prática das bibliotecas, as quais, assim, precisam ter cuidado com as restrições de uso de conteúdo com as quais concordam quando assinam contratos, pois, mesmo que não concordem com as restrições de

um acordo, uma vez assinado, deverão respeitar seus termos, para não correrem o risco de sofrer processos por quebra de contrato. Em síntese, como uma questão de boa prática legal e constitucional, uma biblioteca deve cumprir os termos e as condições de um acordo assinado com a distribuidora de conteúdo. Já os direitos autorais se encontram mais consolidados, visto que, de certa forma, são utilizados preceitos do mercado editorial do livro impresso. Quanto a contratos de uso de *e-books* protegidos pelo DRM, alguns axiomas, conforme exposto por Owen (2008), são necessários: o exercício de direitos dos usuários, que inclui o tratamento justo, de acordo com a Lei dos Direitos Autorais; a capacidade de criar formatos de *e-books* para pessoas com deficiência permanente; a preservação dos *e-books*, que inclui a capacidade de migrá-los para outro formato se necessário; e, nos termos das disposições da licença DRM, a passagem do trabalho digital para o domínio público quando se expiram os direitos autorais ou quando decorrido um período razoável de exclusividade. Em relação ao *copyleft*, segundo Dziekaniak (2010), essa iniciativa, preconizada para acesso a obras digitais, tem se mostrado uma alternativa interessante para extinguir problemas, como a pirataria na reprodução das obras, já que sua aplicação busca romper com grandes monopólios e favorecer, assim, a disseminação da informação de forma gratuita e de amplo acesso.

No eixo temático *preservação digital*, em diversos aspectos, é necessário ampliar as discussões. Os problemas que envolvem a preservação de documentos digitais estão relacionados à volatilidade das mídias utilizadas para “guardar” os dados e à rápida obsolescência dos aparelhos tecnológicos. A mídia digital apresenta características essenciais: sequências de *bits* podem ser guardadas por longos períodos de tempo, sem perda de dados; grandes volumes de documentos são armazenados em pequeno espaço físico; as buscas são rápidas e a recuperação eficiente; e a disseminação é feita via Internet e redes privadas. No entanto, o armazenamento digital é uma questão complexa, caracterizada por três problemas principais: *interpretação dos dados* - a mídia que registra os dados em formato digital não é diretamente legível para as pessoas; *hardware* - falhas e obsolescência nos dispositivos mecânicos e magnéticos tornam inevitável a perda de dados, mesmo se considerados os procedimentos para cópias de segurança; e *software* - a incompatibilidade entre formatos desenvolvidos ao longo dos anos, criados e manipulados por editores de texto variados e proprietários, dificulta o intercâmbio de documentos (ALMEIDA; CENDÓN; SOUZA, 2012).

Embora este estudo forneça alguns dados para auxiliar as bibliotecas a pensarem sobre o uso de *e-book*, muitos aspectos desse formato permanecem inexplorados, necessitando de

investigações. Mais pesquisas sobre como os usuários adotam e usam os *e-books*, pesquisas por localização e demografia, particularmente considerando as características econômicas dos usuários, serão certamente importantes. Pesquisas sobre os hábitos dos usuários no uso dos *e-books* também ajudariam as bibliotecas a melhor entender as suas necessidades. Também será importante pesquisar as diferenças entre os hábitos de leitura dos usuários que usam *e-books* e aqueles que não usam, pois isso pode ser útil na interpretação dos dados da pesquisa sobre os tipos de leitura feita com diferentes tipos de *e-books*. Além disso, uma vez que o mercado de *e-book* muda rapidamente, a continuação de pesquisa de uso de *e-book* é relevante para monitorar as reações dos usuários aos novos desenvolvimentos, assim como a pesquisa sobre quando, onde e por quais propósitos os usuários preferem escolher livro impresso ou *e-book* precisa ganhar espaço.

No Brasil, as experiências com o uso dos *e-books* nas bibliotecas públicas estão em estágio inicial, necessitando de uma articulação mais adequada entre as infraestruturas existentes nas bibliotecas (rede de energia elétrica, rede de computadores e Internet de banda larga) e o que está estabelecido nos planos de aquisição de conteúdos, como o edital público que constituiu uma parceira com a empresa norte-americana *Amazon*.

Conclui-se que estudos dessa natureza são imprescindíveis, pois contribuem para o fortalecimento do aporte teórico que permite compreender os processos históricos que influenciam o uso de *e-book* em bibliotecas públicas. A constituição de eixos temáticos referenciais que orientem o planejamento sistemático e, logo, ofereçam os parâmetros que possam colaborar na estruturação de políticas públicas sobre o uso de *e-book* em bibliotecas públicas brasileiras, contribui para o fortalecimento do sistema educacional e cultural do país.

---

### **Theoretical reference on the use of e-book in libraries public brazilian**

**Abstract:** Discussions, reflections and effective use of the e-book in Brazilian public libraries require further analysis and scientific that can contribute to the construction of a framework theoretical on the subject. Numerous issues and questions are suspended. This study aims to discuss the need for construction of these frameworks theoretical that can support public policies on the use of e-book in Brazilian public libraries. Regarding the methodology, research was conducted through literature and documents. It's used a qualitative approach and developed descriptively. In conceptual basis were exposed concepts and characteristics of e-book; discussed the issues surrounding the access and use of e-book divided into themes: business models, policy acquisition of the content, technology platform, management of

property rights intellectual and digital preservation; presented the principles of IFLA on using e-book in library and shown the experiences of the use of e-book in elsewhere. In the considerations presented was the most important challenge in the use of e-books, the electronic content, in the case of electronic content is necessary to keep it simple, do serve the not client and the promotion of this material.

**Keywords:** Use of e-book. E-book - theoretical. E-book - public library.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maurício Barcello; CENDÓN, Beatriz Valadares; SOUZA, Renato Rocha. Metodologia para implantação de programas de preservação de documentos digitais a longo prazo. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 17, n. 34, p.103-130, maio/ago., 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2012v17n34p103>>. Acesso em: 9 nov. 2013.

ANURADHA, K. T.; USHA H. S. E-books access models: an analytical comparative study. **The Electronic Library**, v. 24, n. 5, p. 662-679, 2006.

BARROS, Moreno. Bibliotecários e *e-books*: o que profissionais precisam saber sobre esse assunto. **Revista Biblioo**, ano. 3, n. 5, maio, 2013. Disponível em: <<http://biblioo.info/bibliotecarios-e-ebooks/>>. Acesso em: 9 nov. 2013.

BOLICK, Robert. Digital rights: puzzles and practices. **Publishing Research Quarterly**, v. 18, n. 4, p. 43-52. Dec. 2003.

BORGHOFF, U. M. et al. **Long-Term preservation of digital documents**: Principles and practices. New York: Springer, 2003. 274 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional e Desenvolvimento da Educação. **Edital de Convocação 03/2012 – CGPLI**. Brasília, DF: DOU, 2012. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/arquivos/category/165-editais?download=7624:edital-de-convocacao-digital>>. Acesso em: 30 abr. 2014.

BRENNAN CROFT, Janet. Model s and interlibrary loan/document delivery from electronic resources. **Interlending & Document Supply**, v. 29, n. 4, p. 165-168, 2001.

BUCZYNSKI, James A. Library eBooks: some can't find them, others find them and don't know what they are. **Internet Services Reference Quarterly**, v. 15, n. 1, p. 11-19, 2010, DOI: 10.1080/10875300903517089. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/10875300903517089>>. Acesso em: 22 dez. 2010.

BUFREM, Leilah Santiago; SORRIBAS, Tidra Viana. Práticas de leitura em meio eletrônico. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 298-326, dez. 2009. Disponível

em: <<http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/view/2038>>. Acesso em: 9 nov. 2013.

BUSTAMANTE-GIRALT, Germa et al. Polítiques del Departament de Cultura i Mitjans de Comunicació de la Generalitat de Catalunya per digitalitzar la cultura. **BiD: Textos Universitaris de Biblioteconomia i Documentació**, Barcelona, v. 24, juny 2010. Disponible em: <<http://bid.ub.edu/24/bustamante1.htm>>. Acesso em: 29 mar. 2011.

COYLE, Karen. Stakeholders and standards in the e-book ecology: or, it's the economics, stupid! **Library Hi Tech**, v. 19, n.4, p. 314-324, 2001.

DELAURE, J. The Flemish initiative for an e-book platform. **Naple Forum Newsletter**. 2010. Disponible em: <[http://naple.mcu.es/sites/naple.mcu.es/files/newsletters/nn2010\\_0.pdf](http://naple.mcu.es/sites/naple.mcu.es/files/newsletters/nn2010_0.pdf)>. Acesso em: 1 mar. 2011.

DOMÍNGUEZ SÁNCHEZ, Pilar et al. Desarrollo del servicio de préstamo en línea de libros electrónicos en las bibliotecas públicas de Cataluña y de la Comunidad de Madrid. **BiD: textos universitaris de biblioteconomia i documentació**, Barcelona, n. 26, juny 2011. Disponible em: <<http://bid.ub.edu/26/vives2.htm>>. Acesso em: 9 nov. 2013.

DZIEKANIAK, Gisele V. Considerações sobre o e-book: do hipertexto à preservação digital. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande, v. 1, n. 2, p. 83-99, jul./dez. 2010. Disponible em: <<http://www.seer.furg.br/biblos/article/view/1899>>. Acesso em: 9 nov. 2013.

FOASBERG, Nancy M. Adoption of e-book readers among college students: a survey. **Information Technology and Libraries**, Chicago, v. 30, n. 3, p. 108-128, Sept. 2011. Disponible em: <<http://ejournals.bc.edu/ojs/index.php/ital/article/view/1769>>. Acesso em: 9 nov. 2013.

GANDELMAN, S. R. D. A propriedade intelectual na Era digital: a difícil relação entre a Internet e a Lei. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, 16, **Anais...** 1996. p.137-139.

GIL, Antonio Carlos. **Estudo de caso: fundamentação científica - subsídios para coleta e análise de dados - como redigir o relatório**. São Paulo: Atlas, 2009. 148 p.

GONZÁLEZ, Luis. Ebook y biblioteca: la FGSR busca las claves para la gestión de la lectura digital en el servicio bibliotecario. **BiD: textos universitaris de biblioteconomia i documentació**, Barcelona, n. 26, juny 2011. Disponible em: <<http://bid.ub.edu/26/gonzalez4.htm>>. Acesso em: 9 nov. 2013.

IFLA. Declaración de la IFLA sobre bibliotecas y desarrollo. In: IFLA WORLD LIBRARY AND INFORMATION CONGRESS: IFLA General Conference and Assembly, 79., **Anais...** Singapur: 2013. Disponible em: <<http://express.ifla.org/node/6365>>. Acesso em: 9 nov. 2013.

IFLA. IFLA principles for library e-lending. In: IFLA WORLD LIBRARY AND INFORMATION CONGRESS: IFLA General Conference and Assembly, 79., Singapura. Anais... Singapura: 2013. Disponível em: <<http://www.ifla.org/node/7418>>. Acesso em: 9 nov. 2013.

IKEMATU, R. S. Gestão de metadados: sua evolução na tecnologia da informação. **Datagrama**: Revista de Ciência da Informação, v. 2, n. 6, dez. 2001

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 297 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 5. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: ABRASCO, 1998. 269 p. (Saúde em debate, 46).

OWEN, Victoria et al. **E-books in research libraries**: issues of access and use. Ontário, Canadá: Canadian Association of Research Libraries (CARL), 2008. Disponível em: <[http://carl-abrc.ca/uploads/pdfs/copyright/carl\\_e-book\\_report-e.pdf](http://carl-abrc.ca/uploads/pdfs/copyright/carl_e-book_report-e.pdf)>. Acesso em: 9 nov. 2013.

PLATT, Christopher. Popular e-content at the New York Public Library: successes and challenges. **Publishing Research Quarterly**, v. 27, n. 3, p. 247-253, Sept. 2011. Disponível em: <<http://connection.ebscohost.com/c/articles/64590751/popular-e-content-new-york-public-library-successes-challenges>>. Acesso em: 9 nov. 2013.

RAO, Siriginidi. Electronic books: a review and evaluation. **Library High Tech**, v. 21, n. 1, p. 85-93, 2003.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 11. ed. rev. atual. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 425 p.

SILVA, Andréia G.; SILVA, Sandra L. O livro eletrônico no contexto da biblioteca pública. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: Sistemas de Informação, Multiculturalidade e Inclusão Social, 24., Anais... Maceió: 2011. Disponível em: <<http://febab.org.br/congressos/index.php/cbbd/xxiv/paper/view/386>>. Acesso em: 9 nov. 2013.

UNGARETTI, Clara Eloisa; FRAGOSO, Suely. Design gráfico para e-books e livros impressos: proposta de método de projeto simultâneo para explorar a complementaridade dos suportes. **Educação Gráfica**, Bauru, v. 16, n. 3, p. 17-33, 2012. Disponível em: <<http://www.educacao Grafica.inf.br/artigos/design-grafico-para-e-books-e-livros-impressos-proposta-de-metodo-de-projeto-simultaneo-para-explorar-a-complementaridade-dos-suportes>>. Acesso em: 9 nov. 2013.

WIGELL-RYYNÄNEN, B. E-books: not yet a Big Issue. **Naple Forum Newsletter**. 2010. Disponível em: <[http://naple.mcu.es/sites/naple.mcu.es/files/newsletters/nn2010\\_0.pdf](http://naple.mcu.es/sites/naple.mcu.es/files/newsletters/nn2010_0.pdf)>. Acesso em: 1 mar. 2011.

WYNNE, Peter M.; COATES, Annette. E-books and everything after: an update from the NoWAL experience. **Sconul Focus 42**, Londres, p. 46-50, winter 2007. Disponível em: <<http://www.e-space.mmu.ac.uk/e-space/bitstream/2173/30054/1/e-books.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2014.

---

Informações do autor

**Charles Rodrigues**

Doutorando em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (USFC)

Bibliotecário da Biblioteca Pública Municipal de Itajaí, SC

Email: [falecomcharles@yahoo.com.br](mailto:falecomcharles@yahoo.com.br)



Artigo recebido em 10/02/2014 e aceito para publicação em 18/08/2014.